

POVO LIVRE

ATITUDE, SERIEDADE E COMPETÊNCIA



LUÍS MONTENEGRO, LÍDER DA AD, NO ENCERRAMENTO DA “CONVENÇÃO POR PORTUGAL”, QUE JUNTOU 700 APOIANTES PARA OUVIR 24 PERSONALIDADES QUE QUEREM UM NOVO RUMO PARA O PAÍS

12 PSD

PEDRO NUNO SANTOS GERE “COM LIGEIREZA A COISA PÚBLICA”

Miguel Pinto Luz exige explicações ao secretário-geral do PS, considerando que a contestação da TAP à ação judicial da ex-presidente da empresa comprova que Pedro Nuno Santos gere “com ligeireza a coisa pública”

14 LOCAIS

FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO REITERA PEDIDO DE INTERVENÇÃO URGENTE NA EN332

A Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo reiterou o pedido à Infraestruturas de Portugal para intervir com urgência na Estrada Nacional 332 para restabelecimento das condições de segurança

18 REGIONAIS

COMPROMISSO SOBRE CARREIRAS MÉDICAS “É PARA CUMPRIR”

José Manuel Bolieiro assegura que “dará honra à palavra dada durante as negociações e compromissos assumidos” com os médicos, bem como com a regulação dos chamados “contratos covid” de outros profissionais de saúde

Com os olhos postos no futuro

Esperança, confiança, ideias, compromissos. Da Convenção da AD saiu uma mensagem muito clara para os portugueses: estamos prontos para assumir o futuro de Portugal.

EMÍLIA SANTOS
Diretora do Povo Livre

Mesmo não tendo sido uma surpresa, não deixou de ser verdadeiramente contagiante o entusiasmo que se viveu na Convenção da AD, realizada no passado domingo, no Estoril.

Todos nós somos testemunhas do trabalho que tem sido feito por Luís Montenegro e pelo partido ao longo do tempo, com o objetivo de preparar uma proposta de governo que desperte os portugueses da letargia que tem tolhido o país. Sabemos bem do rigor e da seriedade com que tudo está a ser preparado, da ambição e da abertura a novas ideias que marcam a visão estratégica que sustentarão o programa com que nos vamos apresentar aos eleitores.

Por isso, quando ouvimos, na convenção do passado domingo, alguns dos compromissos e algumas das propostas centrais da Aliança Democrática, tivemos a consciência que, naquele momento, estávamos a falar diretamente para os portugueses, com uma mensagem clara e cristalina, abrindo um horizonte de confiança e de esperança para Portugal.

Em definitivo, a Aliança Democrática assume-se como um projeto político e de governo sólido, consistente, agregador de vontades e de compromissos em nome do futuro dos portugueses. Também disso fez-se prova na Convenção da AD, nomeadamente, com as interven-



ções de Liliana Reis, Eduardo Oliveira e Sousa, Rita Alarcão Júdice ou Alexandre Homem Cristo, personalidades de méritos reconhecidos nas suas respetivas áreas e que dará um contributo valioso a este nosso projeto.

E por falar em intervenções, é incontornável assinalar um dos momentos marcantes da convenção, a subida ao palco de Pedro Santana Lopes. Só um partido com ADN genuinamente democrático e tolerante sabe acolher os que, tendo saído, entendem regressar – o PSD é esse partido.

É por sermos genuinamente democráticos e tolerantes que, com clareza, afirmamos que o nosso caminho não se fará por atalhos de radicalismos e extremismos. Ao contrário do PS, que exclui acordos com a extrema esquerda ou quem quer que seja na tentativa de se perpetuarem no poder, o PSD e a Aliança Democrática apresentam-se aos portugueses libertos desse espartilho, colocando, acima de tudo, o superior interesse nacional.

Até 10 de março, temos a responsabilidade de conquistar a confiança dos portugueses. Mobilizemo-nos nesse sentido, pela força das nossas ideias, pela consistência do nosso projeto, com os olhos postos no futuro de Portugal.

CONVENÇÃO
PORTUGAL

S-PP

AD ALIANÇA
DEMOCRÁTICA
PSD CDS-PP

“CONVENÇÃO POR PORTUGAL”

ATITUDE, SÉRIEDADE E COMPETÊNCIA PARA GOVERNAR PORTUGAL

No discurso de encerramento da “Convenção Por Portugal” da Aliança Democrática (AD), domingo, 21 de janeiro de 2024, no auditório do Centro de Congressos do Estoril, Luís Montenegro comprometeu-se com “uma nova atitude, de seriedade, competência e sentido de responsabilidade” governar Portugal, considerando que as pessoas “estão fartas de promessas não cumpridas, de quem diz querer fazer hoje o que não fez ou não quis fazer nos últimos oito anos”.

LUÍS MONTENEGRO É A ESPERANÇA



O líder da AD lembrou que os resultados da governação socialista “deviam fazer corar de vergonha qualquer pessoa que se diz ideologicamente de esquerda” e resultam no “pior momento da nossa história democrática, na saúde, educação e habitação”.

Apelou aos portugueses para não enveredarem por “aventuras nem radicalismos, nem ilusões de decisões”. “Confio muito na sabedoria e na ponderação dos portugueses. Sei que, apesar de todas as tentativas, os portugueses não se vão deixar enganar por jogadas de eleitoralismo infantil e pelo disfarce da incompetência recente”, salientou.

PLANO DE EMERGÊNCIA PARA A SAÚDE EM 60 DIAS

O Presidente do PSD e líder da Aliança Democrática (AD) assumiu o compromisso de, nos primeiros dois meses de governo, apresentar um plano de emergência para executar até final de 2025 na área da saúde.

“A saúde precisa de alterações estruturais que demoram mais tempo a implementar e a produzir efeitos, mas este plano de emergência

tem uma meta: até final de 2025, acabar com listas de espera que excedem o tempo máximo garantido e dar uma resposta de medicina familiar a todos os utentes de Portugal”, afirmou.

Na intervenção de encerramento, Luís Montenegro detalhou que este plano de emergência estará assente em três eixos, começando pela diminuição dos prazos na marcação de consultas de saúde familiar, pela inclusão da teleconsulta como uma alternativa ao atendimento presencial, e assegurando enfermeiro e médico de família recorrendo também aos setores privado, cooperativo e social.

No âmbito das urgências, Luís Montenegro comprometeu-se a “redefinir a rede e o sistema de incentivos a todos os profissionais”, e a promover uma maior conjugação com os cuidados de saúde primários. “Queremos assegurar um atendimento no próprio dia, quando se trate de doença aguda”, disse, sinalizando uma especial atenção para a área da obstetrícia e da pediatria.

Luís Montenegro defende a atribuição de um “voucher” para con-

sultas de especialidade e cirurgias sempre que o tempo máximo de resposta garantido seja ultrapassado “em uma hora” no SNS, para que os utentes possam escolher outro prestador.

AUMENTAR O COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS PARA 820 EUROS

Luís Montenegro reiterou o compromisso “sério, justo e exequível” de “valorizar as pensões mais baixas” e de aumentar o valor de referência do Complemento Solidário para Idosos para 820 euros numa primeira legislatura e equipará-lo ao Salário Mínimo Nacional numa segunda legislatura.

Para os pensionistas e reformados de Portugal, a AD preconiza “um apoio a 100%” para medicamentos para idosos “em situações de comprovada insuficiência económica para doenças crónicas”.

“A isto juntaremos políticas de envelhecimento ativo e o reforço dos apoios na compra de medicamentos. Estamos a preparar o nosso programa, no qual iremos contemplar um apoio de 100% em situações de comprovada insuficiência



Confio muito na sabedoria e na ponderação dos portugueses.

económica para tratamento das patologias mais crónicas”, divulgou.

“ACABAR COM O CRIME SOCIAL DE NÃO CONSEGUIRMOS FIXAR OS NOSSOS JOVENS”

Aos mais jovens, o líder da AD declarou querer acabar com “o autêntico crime social” de os não conseguir fixar em Portugal, reiterando as propostas de limitar uma taxa máxima de 15% de IRS para os jovens até 35 anos, isenção do Imposto

Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e garantia do Estado em assegurar um financiamento bancário de 100% na compra da primeira casa.

“Falharemos enquanto nação se não dermos mais oportunidades profissionais, melhores salários e o orgulho de ficarem cá. Temos de parar com a fuga do nosso talento para o estrangeiro. Temos de acabar com o crime social de não conseguirmos fixar cá os nossos jovens. Numa palavra, a nossa missão é juntar as famílias portuguesas, nós não vamos falhar aos filhos de Portugal, às famílias de Portugal”, insistiu.

BAIXAR O IRS PARA A CLASSE MÉDIA E REDUZIR O IRC PARA 15%

Para Luís Montenegro, “baixar o IRS é fundamental para revigorar a classe média”, mas também é fundamental “aumentar a produtividade”.

Nesse sentido, o líder da AD retoma outra das medidas do PSD, no âmbito do Orçamento do Estado para 2024: “Propomos a isenção de contribuições e impostos sobre

os prémios de desempenho até ao limite de um vencimento mensal. Este 15.º mês não tributado representa a ideia de que vale a pena fazer mais e melhor e de que o mérito deve ser premiado”.

No capítulo dos impostos para as empresas, Luís Montenegro pro-

põe a redução de IRC de forma gradual, de 21% até 15%, à razão de dois pontos percentuais por ano. Uma medida que não significa “baixar os impostos sobre os patrões”. Trata-se antes de “criar uma nova dinâmica na economia para atrair investimento, é dar instrumentos às empresas para que possam

inovar, ganhar competitividade no mercado e pagar melhores salários e, assim, fixar os recursos humanos, a começar pelos mais novos”.

“Entendemos que a descida dos impostos é fundamental para dar maior rendimento e melhores salários à classe média e defendemos





menos impostos sobre as empresas para haver mais inovação e competitividade”, assinalou

EDUCAÇÃO: RECUPERAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS PROFESSORES EM QUATRO ANOS

Luís Montenegro reafirmou a proposta de, nos primeiros 60 dias de um executivo da AD, “encerrar o tema da recuperação integral do tempo dos professores” nos termos já anunciados (uma devolução faseada de 25% ao longo de quatro anos).

O líder da AD pretende reintroduzir a avaliação em cada ciclo de aprendizagem, reduzir a burocracia nas escolas e torná-las mais aptas a receber estudantes estrangeiros.

“Em muitas escolas, a taxa de estrangeiros já ronda os 20%, mas as escolas não estão preparadas. Estes são os novos portugueses que temos de tratar com a mesma dignidade e os mesmos direitos”, acentuou.

Além disso, quer implementar o

acesso universal e gratuito a creches e ao pré-escolar, “um projeto dos 0 aos 6 anos”. “Como fizemos no projeto de revisão constitucional, temos de implementar o acesso universal e gratuito das creches ao pré-escolar, dos 0 aos 6 anos”, precisou.

RESPEITAR AS FORÇAS DE SEGURANÇA

Para valorizar as forças de segurança, o líder da AD pretende “iniciar negociações com os representantes sindicais”, para rever “o estatuto remuneratório” e as “condições do exercício da atividade”.

“Nós não vamos mesmo prometer tudo a todos, mas vamos salvaguardar aquilo que é essencial. Sou daqueles que não tem dúvidas: precisamos de forças de segurança com autoridade e que sejam respeitadas”, afirmou.

A “Convenção Por Portugal” juntou 24 oradores, personalidades partidárias e oriundas da sociedade civil, no Centro de Congressos do

Estoril, concelho de Cascais: Pedro Reis (coordenador do Movimento Acreditar), Carlos Carreiras (Presidente da Câmara Municipal de Cascais), Nuno Melo (Presidente do CDS-PP), Liliana Reis (professora universitária e cabeça de lista da AD por Castelo Branco), Humberto Lopes São João (Secretário Regional do Mar e Pescas (Governo Regional dos Açores), José Eduardo Martins (advogado, ex-secretário de Estado do Ambiente), Paulo Carmona (Presidente do Fórum de Administradores e Gestores de Empresas), Catarina Castro (analista de mercados), Hugo Almeida Vilares (professor universitário), Paulo Portas (ex-ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros), João Marques de Almeida (consultor em Riscos Políticos e Geopolíticos e Assuntos da UE), Ana Paula Martins (ex-bastonária da Ordem dos Farmacêuticos), Eduardo Oliveira e Sousa (antigo Presidente da CAP e cabeça de lista da AD por Santarém), Pedro Strecht (médico de Psiquiatria da Infância e Ado-

lescência), Rita Júdice (advogada e cabeça de lista da AD por Coimbra), José Pedro Aguiar-Branco (ex-Ministro da Justiça e da Defesa e cabeça de lista da AD por Viana do Castelo), Alexandre Homem Cristo (coordenador do projeto LEXPLORE+LEITURA (QIPP), candidato da AD por Lisboa), Ana Gabriela Cabilhas (ex-Presidente da Federação Académica do Porto, candidata da AD pelo Porto), Rui Massena (maestro e compositor), Cecília Meireles (advogada), Francisco José Viegas (escritor), Carlos Moedas (Presidente da Câmara Municipal de Lisboa), Leonor Beleza (Presidente da Fundação Champalimaud) e Pedro Santana Lopes (Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz e ex-líder do PSD).

“Trouxemos e queremos trazer para a vida política os melhores, os mais dinâmicos, os mais competentes. É isso que podem esperar de mim como Primeiro-Ministro, é escolher para o governo os melhores”, sintetizou Luís Montenegro.



A CONVENÇÃO POR PORTUGAL EM 24 FRASES



O povo português não é um povo estúpido, não alinha em movimentos e propostas extremistas, populistas, que não têm nenhuma consistência, nenhuma confiabilidade”

Carlos Carreiras
presidente da Câmara Municipal Cascais



Só o PS é capaz de fazer pior do que o próprio PS, não podemos transformar a nossa democracia numa dinastia de um partido político em Portugal”

Liliana Reis
cabeça de lista da AD por Castelo Branco



Votar neste PS é mais ou menos como comprar um bilhete para viajar no Titanic, mas sabendo-se que vai afundar”

Nuno Melo
presidente do CDS-PP



É altura de o país pensar num verdadeiro reencontro com o mar”

Humberto Lopes São João
secretário Regional do Mar e Pescas (Gov. Reg. dos Açores)



Chegou a hora de mudar, unir e avançar”

Pedro Reis coordenador do Movimento Acreditar



O que francamente é anacrónico e inaceitável é a aliança entre o PS, que nos ajudou a definir a liberdade, com os herdeiros da União Soviética. Isso é que é um atraso, isso é que envergonha”

José Eduardo Martins
ex-secretário de Estado do Ambiente



A realidade económica do país não é a realidade de quem às 4h00 está numa fila para garantir uma consulta médica”

Catarina Castro
analista de mercados



Não há nada pior do que perder a esperança no projeto de país que podemos ter. E já ninguém acredita. Não há um plano. Andamos à deriva”

Ana Paula Martins
ex-bastonária da Ordem dos Farmacêuticos



“A AD também é a aliança que pode salvar as políticas sociais no nosso país”

João Marques Almeida
consultor em riscos políticos e geopolíticos e assuntos da UE



Há um inferno que todos os dias aguarda as empresas portuguesas: fiscal, burocrático, de uma generalizada má vontade contra as únicas instituições que criam riqueza em Portugal”

Paulo Carmona
presidente do Fórum de Administradores e Gestores de Empresas



Não construímos e reabilitámos o suficiente, apenas um quinto do que já fizemos”

Hugo Almeida Vilares
professor universitário



Um político que revela tanta leviandade política nos setores que tutelou e tanta amnésia nas decisões que tomou não é o mais qualificado para chefiar o governo de Portugal”

Paulo Portas
ex-ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros



Um país que afasta os seus jovens, que exporta talento, torna-se insustentável”

Ana Gabriela Cabilhas
ex-presidente da Federação Académica do Porto



Evitem as más companhias”

Pedro Strecht

médico de Psiquiatria da Infância e Adolescência



***Precisamos da cultura como de
pão para a boca”***

Rui Massena

músico e compositor



***Sem o acesso à habitação não
se quebra o ciclo da pobreza”***

Rita Alarcão Júdice

cabeça de lista da AD por Coimbra



***Tenho um sonho: ver o mundo
rural ser reconhecido pelo
mundo urbano”***

Eduardo Oliveira e Sousa

cabeça de lista da AD por Santarém





Só há duas pessoas em Portugal que podem ser primeiro-ministro. Uma é mais do mesmo, um ministro reciclado. A outra está aqui dentro nesta sala. E quem quer mudar vota na AD”

Cecília Meireles
advogada



Estamos, finalmente, a sair de um ciclo em que as vacas voadoras não voaram, em que se podiam fazer todas as promessas, porque não eram para cumprir, em que se anunciaram três vezes as mesmas medidas, em que se inauguraram três vezes as mesmas obras e em que a propaganda tomou o lugar dos factos”

Francisco José Viegas
escritor



Dentro da escola nada é mais importante para a aprendizagem do que o professor”

Alexandre Homem Cristo
coordenador do projeto LEXPLORE+LEITURA (QIPP)



A AD é um projeto de futuro. A AD é o futuro. Foram dez anos de socialismo, de estagnação, de resignação. A AD é olhar para o futuro com esperança”

Carlos Moedas
presidente da Câmara Municipal de Lisboa



A AD não são duas letras. É sinal de esperança. Portugal precisa desta vitória”

Leonor Beleza
presidente da Fundação Champalimaud



Os governantes do PS falharam tanto nos resultados que é óbvio que têm de ser substituídos. Como é que não pedem desculpa?”

Pedro Santana Lopes
presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz



Vivemos num país onde mais depressa um ministro passa um cheque (a uma administradora da TAP), do que o suplemento aos polícias”

José Pedro Aguiar-Branco
ex-ministro da Defesa



Teresa Morais em Sesimbra

“ENCERRAMENTO DE MATERNIDADES É ABSOLUTAMENTE DRAMÁTICO”

Teresa Morais, cabeça de lista da Aliança Democrática (AD) pelo círculo eleitoral de Setúbal, marcou presença no jantar de tomada de posse da comissão política do PSD de Sesimbra, no sábado, dia 20, e escolheu a saúde como tema para a sua primeira intervenção pública, enquanto candidata ao distrito nas legislativas do próximo dia 10 de março.

“O encerramento de maternidades, o encerramento ou o funcionamento alternado das urgências pediátricas em vários hospitais do distrito é absolutamente dramático e cria nas pessoas uma enorme angústia. No país como aqui, no distrito de Setúbal, precisamos de outras soluções, de outra gente, de outra energia. O Partido Socialista não tem capacidade para fazer o que é preciso”, afirmou Teresa Morais, no jantar que se realizou na Quinta do Conde.

A candidata recordou também os constrangimentos recentes com a retenção de ambulâncias no Hospital de São Bernardo que “impediram os bombeiros de fazer a sua movimentação e o seu trabalho normal de emergência”.

Por contraponto aos oito anos de governação do PS, Teresa Morais defendeu que integra um projeto que não é apenas político e partidário. “Nós temos um projeto para o país. É uma aliança- a AD- que pretende constituir uma alternativa credível, séria, que tire Portugal deste marasmo e que faça Portugal crescer economicamente. E, que permita, depois, fazer uma distribuição de riqueza, que acabe com a pobreza no país e que resolva os problemas do Serviço Nacional de Saúde, que é absolutamente essencial à vida das pessoas e estamos num distrito em que esta questão é extremamente sensível”, sublinhou.

O diagnóstico da candidata às legislativas de 10 de março foi feito para demonstrar que os socialistas não sabem governar e os eleitores devem-no ter presente no dia das eleições: “Criaram um verdadeiro saque fiscal sobre os portugueses, de tal forma que Portugal está asfiziado de impostos, mergulhado em pobreza, sem saída no Serviço Nacional de Saúde”.

No jantar de tomada de posse de Lénia Anjos, Presidente da Comissão Política do PSD de Sesimbra, também discursou o líder da distrital do PSD de Setúbal, Paulo Ribeiro. O número dois da lista da AD pelo distrito focou a sua mensagem nas legislativas, com a certeza de que o “País vai mudar” com Luís Montenegro como Primeiro-Ministro de Portugal.



TAP

PEDRO NUNO SANTOS GERE “COM LIGEIREZA A COISA PÚBLICA”

Miguel Pinto Luz exige explicações ao secretário-geral do PS, considerando que a contestação da TAP à ação judicial da ex-presidente da empresa comprova que Pedro Nuno Santos gere “com ligeireza a coisa pública”.

“A leveza e a informalidade são uma marca inseparável de Pedro Nuno Santos. O Partido Socialista pode tentar pintá-lo como um fazedor, mas invariavelmente as suas ações acabam em recuos, em faturas pesadas para todos os contribuintes ou, como aqui, em processos judiciais”, afirmou o vice-Presidente do PSD, Miguel Pinto Luz.

Em conferência de imprensa na sede nacional do PSD, dia 17 de janeiro, o vice-Presidente social-democrata disse ter lido “com espanto” a contestação da TAP à ação movida pela ex-presidente executiva (CEO) em que uma das alegações é que Christine Ourmières-Widener “nunca foi trabalhadora da companhia”.

“A ex-CEO da TAP foi-nos apresentada por Pedro Nuno Santos, como uma grande contratação, como alguém com imensa experiência no setor da aviação e que iria revolucionar a gestão da companhia”, salientou.

Para o vice-Presidente do PSD, esta contestação significa que “a TAP, e consequentemente o Estado, assumem que Pedro Nuno Santos permitiu que a companhia fosse gerida por um CEO em situação ilegal”.

“A TAP e consequentemente o Estado, alegam que Christine Widener auferia um salário superior ao

legalmente permitido, mas todos os meses esta verba foi paga e a tutela estatal, Pedro Nuno Santos, nada fez”, criticou.

Além de “exigir explicações” ao líder do PS durante esta fase de pré-campanha, uma vez que o parlamento já se encontra dissolvido, Miguel Pinto Luz referiu que o PSD pretende “desmascarar a imagem de fazedor” que o PS procura dar do seu secretário-geral.

“Ele de facto faz, mas invariavelmente a seguir recua, a seguir temos erros, temos processos judiciais, temos ligeireza na gestão da coisa pública. Nós faremos diferente à frente dos destinos do país”, assegurou, relacionando este tema com “a moral e a ética do Estado”.

Miguel Pinto Luz declarou que Christine Widener “recebeu o devido ordenado todos os meses, foi chamada a comissões parlamentares, reuniu com a bancada do Partido Socialista, tocava ‘WhatsApps’ com os governantes” e “colocou em prática medidas muito duras para com os trabalhadores da companhia”.

“A sua difícil relação com Alexandra Reis é a causa provável para o despedimento desta, e para a consequente indemnização de 500 mil euros autorizada por Pedro Nuno Santos e comunicada por ‘WhatsApp’”, acrescentou.

O vice-Presidente salientou que “a TAP custou aos portugueses mais de 3,2 mil milhões de euros”, defendendo que esta verba poderia ter sido direcionada para outras áreas como a saúde, a edu-

cação ou redução de impostos.

“Para o PSD, o rigor, a boa gestão dos dinheiros públicos, mas também a moral do Estado, são princípios dos quais não abdicamos”, assegurou. Miguel Pinto Luz lamentou que Pedro Nuno Santos não tenha aproveitado uma iniciativa pública que teve hoje para dar explicações sobre o “tema do dia”, apelando a que a campanha seja “uma dialética saudável e transparente”.

Na ação interposta em setembro, a ex-CEO exige uma indemnização de 5,9 milhões de euros, mas a contestação da TAP realça que, mesmo que Christine Ourmières-Widener tivesse sido despedida sem justa causa, só poderia receber, no máximo, uma indemnização no montante de 432.000 euros, uma vez que o Estatuto do Gestor Público, a que estava sujeita, apenas permite uma indemnização correspondente ao vencimento de base que auferiria até ao final do respetivo mandato, com o limite de 12 meses.

Conforme refere o documento, a ex-CEO tinha uma remuneração base anual de 504.000 euros. Christine Ourmières-Widener foi exonerada por justa causa, em abril de 2023, no seguimento da polémica indemnização de meio milhão de euros à antiga administradora Alexandra Reis, que levou à demissão do então ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos, e do seu secretário de Estado Hugo Mendes, e à constituição de uma comissão parlamentar de inquérito à gestão da companhia aérea.

AUTARCAS DO PSD RECONHECEM GRANDE QUALIDADE DOS CANDIDATOS ÀS LEGISLATIVAS



Os Autarcas Social Democratas (ASD) consideram que as listas do Partido Social Democrata às eleições legislativas do próximo dia 10 de março “têm grande qualidade e reúnem pessoas capazes em áreas de primordial importância para o país”.

Em comunicado, a estrutura presidida por Helder Sousa Silva, refere que “as listas do PSD às eleições legislativas têm nos seus candidatos qualidades reconhecidas que preenchem importantes setores para o país, como a educação, saúde e habitação, áreas sociais, mas também economia e finanças e poder local”.

“A estas eleições concorrem algumas dezenas de autarcas de todos os órgãos locais, nomeadamente Câmara Municipal, Junta de Freguesia e Assembleia Municipal, provenientes de todos os distritos e regiões autónomas, de modo a garantir que a população portuguesa se sente representada. Este facto deixou particularmente satisfeitos os autarcas do PSD que, reunidos em Comissão Política Nacional, decidiram dar disso conhecimento ao Presidente do Partido e a todos em geral”, sublinha.

Para os ASD, “a aposta na qualidade do trabalho dos autarcas foi grande e isso reflete o esforço que tem vindo a ser desenvolvido aos níveis local e nacional, no seu conjunto. Reflete a articulação existente entre todos e a importância do conhecimento adquirido no contacto direto com as populações. Esta é uma mais-valia para o poder legislativo, dado que estas experiências com realidades específicas traduzirão uma atuação do Parlamento mais próxima das questões locais e do país”.

O Presidente dos ASD assinala, ainda, que “escolher deputados não é formar um grupo de elite distante das populações, mas sim garantir o conhecimento e a experiência locais para favorecer a proximidade, o combate ao centralismo e o desenvolvimento homogêneo de Portugal”.

FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO REITERA PEDIDO DE INTERVENÇÃO URGENTE NA EN332



A Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo reiterou o pedido à Infraestruturas de Portugal para intervir com urgência na Estrada Nacional 332 para restabelecimento das condições de segurança.

Em comunicado, a autarquia salientou que o presidente da Câmara, Carlos Condesso, voltou a solicitar “o restabelecimento, com urgência, das condições de segurança rodoviária na EN 332, cujo troço inicia em Almendra, passa por Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida e Vilar Formoso e tem 86 quilómetros de extensão”.

O autarca assinalou a perigosidade daquela via nacional que apresenta falta de marcação horizontal e vertical.

Carlos Condesso destacou que naquela via “circulam largas centenas de viaturas por dia, tornando-se muito mais perigosa para os condutores quando as condições meteorológicas são adversas, nomeadamente quando ocorre

nevoeiro ou chuva, tendo nos últimos tempos acontecido diversos acidentes”.

A autarquia lembrou que passaram “dois anos desde o primeiro pedido por parte do executivo” e após vários contactos junto da IP a dar conta da falta de segurança, mas a situação mantém-se.

Carlos Condesso explicou que “depois de várias queixas de cidadãos que têm chegado à autarquia, alertando para a falta de segurança que sentem quando ali circulam e que piora significativamente no inverno”, voltou a pedir à IP “urgência, para que proceda à reposição das condições de circulação em segurança nesta via rodoviária”.

A EN332 tem 86 quilómetros de extensão e liga Almendra - Figueira de Castelo Rodrigo - Almeida - Vilar Formoso - Aldeia da Ponte (até ao entroncamento da EN233-3, no concelho do Sabugal).

PORTO DE MÓS INVESTE 1,8 MILHÕES DE EUROS NA REQUALIFICAÇÃO DA CASA DOS CALADOS

O município de Porto de Mós investiu 1,8 milhões de euros na recuperação da Casa dos Calados, onde funcionou a antiga Real Fábrica do Juncal, cuja inauguração deverá acontecer em junho.

“A obra está concluída. Estamos agora a equipar o espaço. Queremos inaugurar a Casa dos Calados em junho, quando realizarmos a reunião de câmara descentralizada na freguesia do Juncal”, revelou Jorge Vala, ao adiantar que a candidatura a fundos comunitários foi agora aprovada.

“Esta é uma obra relevante num espaço que tem uma importância histórica. Está associada aquele espaço a primeira fábrica de faiança do Juncal, a Real Fábrica, que data do século XVIII e que teve uma importância vital para a dinamização do concelho”, adiantou o presidente da Câmara de Porto de Mós, no distrito de Leiria.

De acordo com o autarca, a Real Fábrica foi depois uma casa agrícola, cujos espaços comuns serão preservados no projeto elaborado pela Câmara.

O projeto representa um investimento de cerca de 1,8 milhões de euros e conta com a participação do apoio financeiro da União Europeia de 1,5 milhões de euros, através do Programa Operacional Regional do Centro, Eixo Prioritário Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR), cuja candidatura foi agora aprovada.

Jorge Vala adiantou que a intervenção na Casa dos Calados prevê a criação de 24 espaços para instalação “empresarial e empreendedorismo qualificado e criativo, aliando a ciência e tecnologia, tanto aos setores mais tradicionais locais, como a projetos de investimento de natureza inovadora, apostando no desenvolvimento de novos produtos e serviços, privilegiando a economia digital”.

Com uma área total requalificada 2.604,75 metros quadrados, o presidente da autarquia explicou ainda que o projeto prevê também manter viva a memória do que foi aquela casa. “Não queremos abandonar aquilo que foram os espaços comuns e convidar a população a visitá-los,



www.municipio-portodemos.pt

vamos criar uma marca e um regulamento de utilização da casa para que sejam criadas várias dinâmicas”, revelou.

A requalificação prevê também que seja criado um espaço de exposição de algumas peças de faiança que pertencem ao espólio da Câmara, mas também serão cedidas por privados. Há ainda a possibilidade de alguns artigos que se encontram no Museu de Leiria, que poderão ser emprestados pontualmente.

“Além da ligação de excelência ao Parque Verde, a reabilitação do edifício, assente em princípios de sustentabilidade, albergará um conceito de residências artísticas, com inclusão de espaços de ‘cowork’ e ateliês para ofícios, relacionados

com a cerâmica e o junco, atividades com forte afirmação e tradição nesta vila”, acrescenta uma nota de imprensa da Câmara de Porto de Mós.

Serão ainda recriadas atividades da antiga Real Fábrica do Juncal, bem como a realização de oficinas, que funcionarão em paralelo com uma biblioteca/mediateca, e um museu de louça e cerâmica.

“Está prevista, ainda, a construção de um FoodLab, ou laboratório alimentar, no antigo lagar. Será também criada uma sala ampla no edifício principal, designado de salão nobre, onde poderão ser realizados eventos e solenidades, num espaço com a dignidade que o Juncal justifica”, refere o comunicado.

CÂMARA DE LISBOA QUER RECUPERAR EDIFÍCIO PANORÂMICO DE MONSANTO

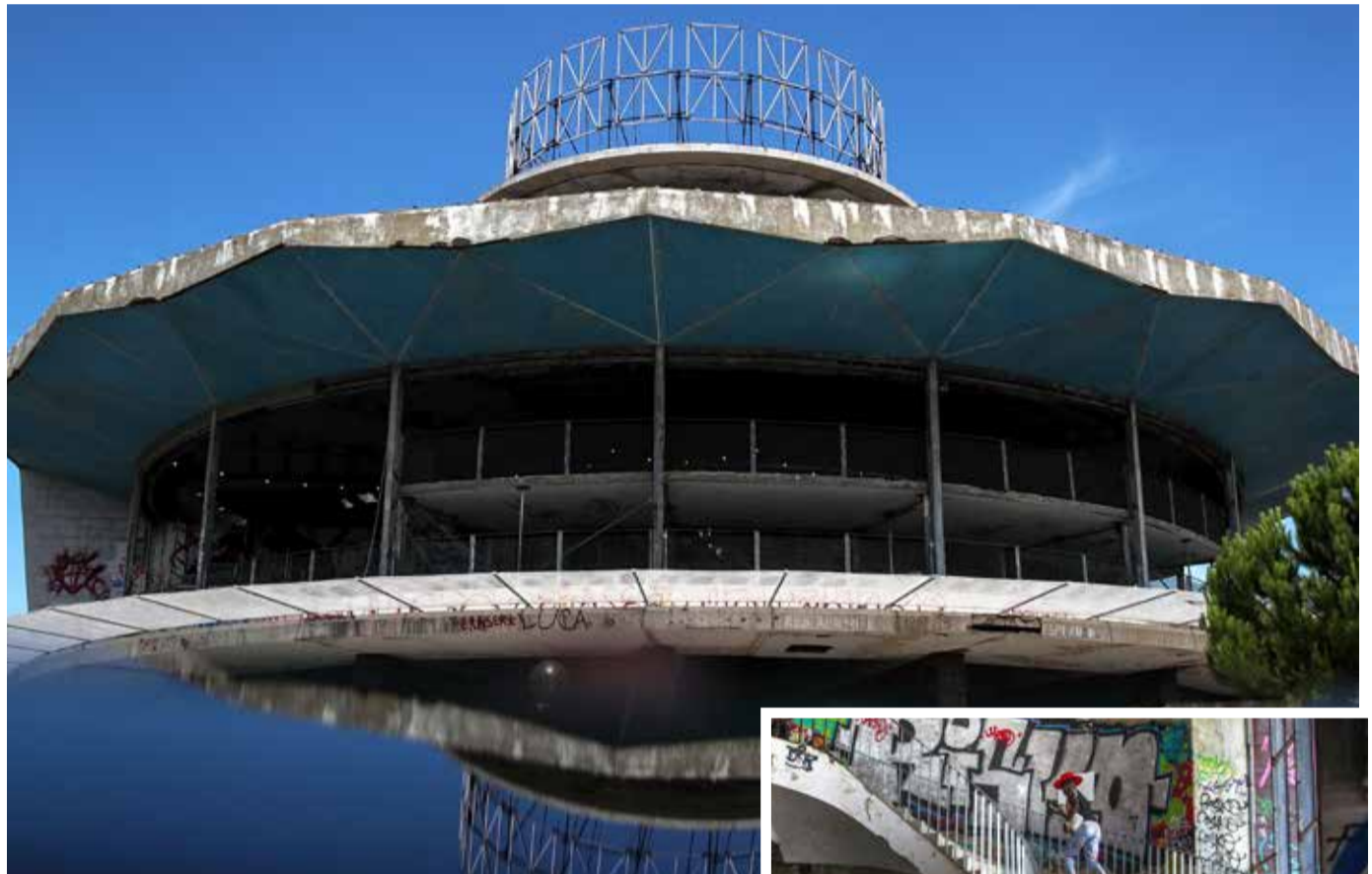
A Câmara de Lisboa está a estudar a reconversão do edifício panorâmico de Monsanto num novo equipamento municipal, com instalações para uma concessão ligada ao ambiente e ecologia, uma vez que o custo de reabilitação é “muito elevado”.

“O estudo de viabilidade económica dessa intervenção de reabilitação individualizou os custos de reforço e consolidação estrutural, orçados em cerca de 10 milhões de euros, e os custos de uma operação de reabilitação total, acrescentando-se para tal os custos de intervenção ao nível da arquitetura, orçada em 13 milhões de euros”, indicou o vereador da Estrutura Verde na Câmara de Lisboa, Ângelo Pereira (PSD).

A autarca falava na reunião na Assembleia Municipal de Lisboa (AML), num período dedicado a perguntas à câmara, no dia 16 de janeiro.

Localizado no parque florestal de Monsanto, o edifício panorâmico tem uma vista de 360° sobre a cidade, num edifício de sete mil metros quadrados, inaugurado em 1968, da autoria do arquiteto Chaves da Costa, com painéis cerâmicos de Manuela Madureira. O edifício já teve vários usos, inclusive foi um restaurante, foi deixado ao abandono durante alguns anos e em 2017 abriu ao público como miradouro, estando desde julho de 2023 encerrado por questões de segurança.

“Têm vindo a ser desenvolvidos vários estudos na perspetiva da sua reconversão e reabilitação para ser utilizado como um novo equipamento municipal, com instalações para que possa vir também a ser lançada uma concessão ligada ao ambiente,



ecologia e sustentabilidade, visto o custo estimado para a sua reabilitação ser muito elevado”, declarou Ângelo Pereira.

Entre os estudos realizados está o da segurança da construção para aferir a viabilidade estrutural do edifício existente, em que “essa viabilidade foi confirmada, havendo a necessidade do reforço estrutural em alguns pontos e renovação total em outros elementos, nomeadamente a pala de cobertura sobre o antigo restaurante”, apontou o vereador.

Sobre a ocupação para reconversão do edifício para uso municipal, está a ser estudada a possibilidade de centralizar os vários serviços dispersos da Direção Municipal de Espaços Verdes, Clima e Energia, em que se inclui a possível construção de um auditório municipal, com a capaci-

dade para 380 pessoas, e uma sala polivalente, com cerca de 360 metros quadrados, para albergar iniciativas diversas, adiantou o autarca.

O responsável pelo pelouro da Estrutura Verde adiantou que se prevê a autossuficiência energética do edifício e a reutilização da água da chuva para usos compatíveis, nomeadamente rega e sanitários.

“Esse estudo também inclui a manutenção da abertura ao público do miradouro do topo do edifício, através do controlo de acessos e horários”, revelou o Ângelo Pereira.

Em avaliação está também o desenvolvimento de “uma concessão ligada ao ambiente e ecologia, num



contexto total ou parcial do edifício, tomando a sua inegável valência ambiental, quer pela localização no Parque Florestal de Monsanto, quer pela vista privilegiada que este equipamento tem pela cidade”, acrescentou.

Seja qual for a decisão sobre o futuro uso do edifício panorâmico de Monsanto, a reabilitação do imóvel irá implicar uma intervenção nas infraestruturas viárias de acessos, uma vez que as existentes não comportam o expectável aumento de tráfego automóvel, adiantou o vereador.

CÂMARA DE PONTA DELGADA APOIA VÍTIMAS DE MAU TEMPO



As famílias do concelho de Ponta Delgada afetadas pelas recentes intempéries que assolaram os Açores vão ser apoiadas pela Câmara Municipal, anunciou o Presidente do município, Pedro Nascimento Cabral.

Segundo a Câmara de Ponta Delgada, na sequência do mau tempo que se fez sentir aquando da passagem das depressões Hipólito e Irene, foram registadas ocorrências nas freguesias da Ajuda da Bretanha, Arrifes, Capelas, Fajã de Cima, Fenais da Luz, Santo António, São Pedro, São José, e São Vicente Ferreira.

Em comunicado, Pedro Nascimento Cabral afirmou que a Câmara está “solidária com as famílias afetadas pelas recentes intempéries ocorridas em várias freguesias do concelho”.

O autarca social-democrata indicou que “os diversos serviços municipais estão a acompanhar as situações, procedendo ao processo de realojamento nos processos mais críticos, e prestando o devido apoio para as restantes situações”.

De acordo com a autarquia, o Serviço Municipal de Proteção Civil, em parceria com o Departamento de Desenvolvimento Social, está a identificar os danos causados e a informar as famílias dos procedimentos a adotar para pedirem apoio junto da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Pedro Nascimento Cabral referiu que foi aprovado em 2023 um novo regulamento municipal que contempla “uma nova tipologia de apoio destinada à habitação degradada por danos resultantes de situações de intempérie, calamidade, catástrofe natural ou incêndio”.

O novo regulamento contempla um apoio para a execução de obras, mas também para a aquisição de mobiliário e eletrodomésticos, na sequência de prejuízos provocados por fenómenos naturais.

O Presidente do Governo dos Açores (PSD/CDS-PP/PPM), José Manuel Bolieiro, disse que a depressão Hipólito causou prejuízos superiores à “dezena de milhões de euros”.

COMPROMISSO SOBRE CARREIRAS MÉDICAS “É PARA CUMPRIR”



José Manuel Bolieiro afirmou que o compromisso negociado entre o Governo dos Açores e os sindicatos sobre as carreiras médicas “é para cumprir”, agradecendo “a dedicação e paciência” destes profissionais que viram o processo interrompido com a dissolução da Assembleia Legislativa.

O líder da Coligação PSD/CDS/PPM assegura que “dará honra à palavra dada durante as negociações e compromissos assumidos” com os médicos, bem como com a regulação dos chamados “contratos covid” de outros profissionais de saúde.

O candidato a Presidente do Governo manifestou-se “solidário com a capacidade de trabalho e reconhecimento da missão” dos profissionais da Saúde dos Açores que têm demonstrado “confiança no nosso projeto político”.

José Manuel Bolieiro falava aos jornalistas no final da visita às obras de requalificação e ampliação que decorrem no Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada, em que se fez acompanhar dos candidatos pelo círculo de São Miguel às eleições regionais de 4 de fevereiro.

Para o líder da Coligação PSD/CDS/PPM, a Saúde constitui a prioridade da sua agenda política, de entre as quais destaca “a melhoria remuneratória, de prestígio e qualificação, a progressão da carreira, assim como uma verdadeira aposta nos incentivos à captação e fixação dos profissionais”.

O Presidente visitou o Hospital Divino Espírito Santo volvidos 24 anos da sua inauguração, período durante o qual não se verificaram quaisquer obras de manutenção.

Atualmente, a estrutura está a ser alvo de obras de ampliação, requalificação e manutenção, num investimento que ascende a 20 milhões de euros, conferindo maior capacidade de resposta às necessidades dos utentes e melhorar as condições de trabalho.

De acordo com José Manuel Bolieiro, a transferência dos serviços administrativos libertará mais gabinetes para realização de consultas externas “e com isso potenciar a produtividade das consultas e reduzir as listas de espera”.

As melhorias estendem-se à área da hemodiálise que terá um incremento de 30% em relação à capacidade instalada, a que se somam os equipamentos, a par da reabilitação do recobro da cirurgia “de maneira que possamos libertar camas em internamento e ganhar mais ambulatório, mais produtividade”, disse.

No futuro, projeta a remodelação do Serviço de Urgência, cuja intervenção “tem como objetivo melhorar as condições de eficiência de um conjunto de serviços, nomeadamente da urgência geral e pediátrica, a unidade de cuidados intensivos e intermédios”.

“Estamos assim a criar condições para que o Hospital Divino Espírito Santo, referência nos Açores enquanto unidade hospitalar, possa cumprir com a sua qualificação, a dimensão que verdadeiramente tem no Serviço Regional da Saúde”, concluiu.

JOSÉ MANUEL BOLIEIRO QUER VALORIZAR CONTRATOS-PROGRAMA COM IPSS

O Presidente José Manuel Bolieiro quer “aumentar as subvenções dos contratos-programa” com as instituições particulares de solidariedade social dos Açores e “otimizar o seu potencial instalado”.

O líder da Coligação PSD/CDS/PPM falava aos jornalistas no final de uma reunião com a direção da Associação de Paralisia Cerebral de São Miguel, em que se fez acompanhar dos candidatos pelo círculo de São Miguel às eleições regionais de 4 de fevereiro.

José Manuel Bolieiro elogiou o trabalho desenvolvido pelos técnicos, familiares, cuidadores e voluntários da instituição, que apoia cerca de 72 crianças e adultos, dos 11 meses aos 50 anos de idade, com paralisia cerebral e outras patologias do foro neurológico e motor.

Esta associação, agora com novas instalações,

num investimento de 4,6 milhões apoiado pelo Governo dos Açores liderado por José Manuel Bolieiro, “recebe agora mais utentes para garantir melhor resposta às famílias que estão ainda fora desta rede, começando desde logo pela intervenção precoce àqueles que se encontram em processo de reabilitação, mesmo em ambulatório”, frisou.

A nova estrutura do Centro de Paralisia Cerebral, em Ponta Delgada, para além de garantir os cuidados de saúde e a reabilitação dos seus utentes, visa preparar o seu público-alvo para uma boa integração na vida familiar, social e educativa, assim como apoiar as suas famílias.

Durante o encontro, José Manuel Bolieiro assumiu também “o compromisso de estar atento numa governação solidária que valorize uma atualiza-

ção dos contratos-programa que dão subsistência à comparticipação e à subvenção pública a estas instituições”, adiantou.

O Presidente José Manuel Bolieiro salvaguardou ainda que “a Região não se pode desresponsabilizar de garantir os meios com suficiência para a qualidade de uma prestação de apoio que é essencial e uma causa inabalável das minhas convicções”.

“No âmbito desta candidatura, venho afirmar perante os próprios e a sociedade em geral que, este projeto político, tem sensibilidade para as pessoas com necessidades especiais e para a exigência que se impõe à Região Autónoma dos Açores enquanto parceira no financiamento para esta atividade”, concluiu.



GOVERNO DOS AÇORES TRANSFERE 411 MIL EUROS PARA CÂMARA DA PRAIA DA VITÓRIA



O Governo Regional dos Açores vai transferir cerca de 411 mil euros para o município da Praia da Vitória, para fazer face às despesas remuneratórias dos trabalhadores da cooperativa Praia Cultural, que serão integrados na administração pública.

O contrato ARAAL (contrato de desenvolvimento entre a administração regional autónoma e a administração local) entre o executivo açoriano (PSD/CDS-PP/PPM) e a Câmara Municipal da Praia da Vitória foi publicado em Jornal Oficial.

“O presente contrato tem por objeto a concretização do apoio financeiro ao município da Praia da Vitória no que concerne às despesas remuneratórias dos trabalhadores da autarquia em processo de despedimento, e que irão integrar a administração pública regional através de um procedimento de mobilidade”, lê-se no contrato.

O documento prevê a transferência, de forma faseada, em quatro tranches, em janeiro, abril, julho e outubro de 2024, do montante de 411.455,14 euros.

O Governo Regional justifica o contrato ARAAL com o facto de o município da Praia da Vitória se encontrar “numa situação financeira de rutura”, que o “obriga a recorrer ao Fundo de Apoio Municipal (FAM)”.

“A reversão da decisão de despedimento dos trabalhadores da cooperativa Praia Cultural e a sua afetação ao município obriga a encargos que excedem o limite de endividamento e colocam a sustentabilidade financeira do município em causa, o que pode obstaculizar a viabilidade da candidatura ao FAM”, explica.

Em setembro de 2023, a Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, Vânia Ferreira, anunciou que iria internalizar a cooperativa Praia Cultural e integrar no município 92 dos 165 funcionários com contrato sem termo.

Povo Livre

Número 538 • 19 de Dezembro de 1984 • Preço 30\$00

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: MANUEL PEREIRA

CONSELHO NACIONAL REAFIRMA APOIO A MOTA PINTO

1. O Conselho Nacional do Partido Social Democrata reunido extraordinariamente em Cascais, nos passados dias 15 e 16, considerando que o desenvolvimento do acordo PSD/PS, concretizado pelas direcções políticas de ambos os Partidos, corresponde e assegura:

— As decisões tomadas no Conselho Nacional de Viseu em matéria de estratégia para as eleições presidenciais e autárquicas próximas;

— A posição que o Partido Social Democrata tem reiteradamente manifestado quanto à necessidade de

realização de reformas estruturais que alterem substancialmente o sistema político e económico-social vigente;

— A satisfatória calendarização de medidas essenciais para a concretização daquele objectivo, vinculando a coligação à sua pontual execução e criand-

do, assim, condições para uma maior eficácia governativa;

Manifesta:
1.ª A sua confiança na Comissão Política Nacional, na pessoa do seu Presidente, prof. Mota Pinto;
2.ª A sua convicção de que a implementação das

Continua na pág. 2

Mota Pinto na AR

Independência com perigo se não houver vontade de defesa

«Seja qual for a posição geo-estratégica de um Estado, seja qual for a sua situação política, económica, cultural ou militar, a sua independência corre perigo se não lhe assistir um factor humano intrinsecamente distintivo e profundamente marcado pelo gosto da independência e pela vontade de defesa».

A afirmação é de Mota Pinto, na qualidade de ministro da Defesa, ao apresentar na Assembleia da República, no passado dia 11, as Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

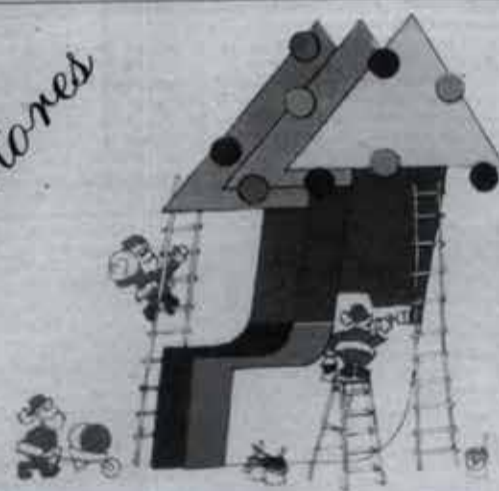
Não esteve em debate o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, mas sim, tal como disse Mota Pinto, «As grandes opções no desenvolvimento das quais o Governo elaborará um projecto — que está praticamente concluído».

(Págs. 8 e 9)



Povo Livre

Deseja Boas Festas aos seus leitores



EDIÇÃO N.º 538 do "Povo Livre" | 19 de dezembro de 1984.

"Conselho Nacional do PSD reafirma apoio a Mota Pinto".

CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

SECÇÕES

ABRANTES

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Abrantes, para reunir no próximo dia 23 de Fevereiro de 2024 (sexta-feira), pelas 21H00, na sede, sita na Rua de São Pedro nº 22 – 1º, em Abrantes, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Aprovação da Acta da anterior Assembleia de Secção;
2. Intervenção do Presidente da Comissão Política da Secção de Abrantes;
3. Análise da situação político-partidária;
4. Outros assuntos.

ALMADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e Regulamentos do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Almada, para reunir no próximo dia 30 de Janeiro de 2024 (terça-feira), pelas 21H00, na sede, sita na Rua da Liberdade nº 38 A, em Almada, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política.

CINFÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distrital e Locais, convoco a Assembleia de Militantes da Secção de Cinfães para reunir no próximo dia 03 de Fevereiro de 2024, (sábado), às 21:00 horas, no edifício da Junta de Freguesia de Cinfães, sita na Rua Xanana Gusmão, em Cinfães, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Análise da situação política, local e nacional;
2. Outros assuntos de interesse para o partido.

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convocam-se os militantes da Secção de Torres Vedras, para reunirem no próximo dia 03 de Fevereiro de 2024 (sábado), às 21H30, na sede, sita na Rua 1º de Dezembro nº 43-B, em Torres Vedras, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto Único: Legislativas 2024

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia de Secção de Vila Real, para reunir no próximo dia 9 de fevereiro de 2024 (sexta-feira), pelas 20,30 horas, na sede do PSD, sita na Rua da Boavista nº 11, em Vila Real, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Apresentação e aprovação do relatório de contas referente a 2023;
2. Apresentação e aprovação do orçamento da secção para o ano de 2024;
3. Eleições Legislativas;
4. Outros assuntos.

NÚCLEOS

LOUROSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo de Lourosa para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 16 de Fevereiro de 2024 (sexta-feira), pelas 21H00, no Auditório da Junta de Freguesia de Lourosa, sito na Rua do Infantário nº 300, em Lourosa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos de interesse.

CONVOCATÓRIAS JSD



RECEÇÃO SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 |
Email: jsdnacional@gmail.com

II CONSELHO DISTRITAL DE AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o II Conselho Distrital Ordinário da JSD Distrital de Aveiro do mandato 2023/2025, para reunir no próximo dia 2 de fevereiro de 2023 (sexta-feira), pelas 21h30m, na Oficina de Artes da Murtoza, sita na Rua Carlos Sousa Ferreira, 3870-126 Murtoza, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Legislativas 2024: Apresentação e enriquecimento da "Agenda Jovem" e recolha de contributos para o Plano de Campanha Jovem;
- 3 – Apresentação e aprovação do Relatório de Contas do 2º semestre de 2023 da JSD Distrital de Aveiro;
- 4 – Informações, Próximas atividades e outros assuntos.

MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia da JSD Matosinhos, para se reunirem no dia 25 de fevereiro (domingo) de 2024, pelas 11h, na R. Mouzinho de Albuquerque 98, 4450-164 Matosinhos - Sede PSD Matosinhos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia de Matosinhos.
Notas: As urnas estarão abertas entre as 11h00 e as 13h00. As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Plenário Distrital ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral para o e-mail: martascalmeida@gmail.com.

OURÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de secção da JSD Ourém para reunir no próximo dia 24 de fevereiro de 2024, pelas 10h00, na sede do PSD de Ourém, sita na R. Dr. Carlos Vaz de Faria e Almeida 31, 2490-499 Ourém, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa de Plenário e da Comissão Política da JSD de Ourém.

NOTAS:

O ato eleitoral realizar-se-á entre 10h00 e as 12h00, devendo as listas de candidatos ser enviadas à Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59 horas do sétimo dia anterior ao começo dos trabalhos (17/02) através do e-mail gspbento@gmail.com

CORRECÇÃO SERNANCELHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia da JSD de Sernancelhe, para reunirem no dia 18 de fevereiro (domingo) de 2024, pelas 14h, no Centro de Artes Sernancelhe com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário Concelhio da JSD de Sernancelhe.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 14h00 e as 16h00. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital da JSD Viseu ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. Toda a documentação referente à entrega de listas pode ser entregue via online, através do email da Mesa do Congresso Distrital da JSD Viseu viseujdsmdesadistrital@gmail.com.

VILA POUCA DE AGUIAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Concelhia de Vila Pouca de Aguiar para reunir dia 31 de janeiro (quarta-feira), pelas 21h00, a realizar na sua sede, sita na Rua Dr. Mota Pinto nº10, Vila Pouca de Aguiar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Leitura e aprovação da ata do Plenário anterior;
- 2 – Informações;
- 3 – Análise da situação política concelhia, distrital e nacional;
- 4 – Outros assuntos.